

CAPÍTULO 1

O saber fazer do sociólogo e a investigação em torno das questões culturais e turísticas

O olhar sociológico sobre os objectos culturais e turísticos: a visibilidade de um campo disciplinar

No quadro das leituras possíveis da realidade, a sociologia é uma prática científica de aproximação ao real social¹. A pluridisciplinaridade que figura entre o campo científico sobre o real social – as ciências sociais – traduz a inevitabilidade do olhar científico sobre o social: a partir da fragmentação contínua dos objectos reais em movimento, a construção dos objectos teóricos se, por um lado, autonomiza e legitima a individualidade científica de uma disciplina, por outro, torna-a necessariamente produtiva, e socialmente válida, com a articulação dos saberes – teóricos e empíricos – situados nas fronteiras do campo científico sobre o social. A pluridisciplinaridade configura-se, num movimento cruzado e recíproco, pelo processo histórico de oitocentos que leva à afirmação das possibilidades científicas de um novo objecto real – as mudanças nas sociedades capitalistas emergentes – e de um particular objecto científico.

É pelo duplo movimento de revisitação do real social – mudam a escala e o âmbito da análise porque também muda a própria realidade social – que as ciências

¹ No contexto da sociologia contemporânea, internacional e nacional, dificilmente se torna possível abarcar com a exaustividade necessária, e num cenário como o do texto que aqui revelamos, a história da encenação da disciplina nos seus múltiplos actos e cenas. É uma disciplina constituída, apraz-nos dizer. Quer como saber teórico pluriparadigmático que se desenhou na maturidade dos processos teórico-sociais de construção de um campo científico; quer como saber empírico que se reconfigura na relação estreita e directa com a mudança da realidade social e a reflexividade dos actores sociais; quer como saber orientado por e para uma prática profissionalizante, imbuída dos interstícios que as relações institucionalizadas com o social sempre ponderam; quer como saber teórico-prático orientado para o exercício político-social de diagnóstico de situações e de propostas de intervenção sobre o social. Em Portugal, e sem apresentar aqui episódios e protagonistas do mesmo projecto global de consolidação da sociologia portuguesa, refira-se apenas que, de acordo com os ritmos e os contextos sócio-políticos e académicos, assistimos nos últimos 30 anos ao desenho de uma disciplina que pondera e participa dos processos de análise e de mudança da sociedade portuguesa.

sociais se autonomizam segundo ritmos e padrões diferenciados: em *movimentos externos*, face aos critérios positivistas das ciências naturais e físicas, modelos do saber fazer científico herdeiro do movimento da ciência moderna pós-renascentista; em *movimentos internos*, face às possibilidades oferecidas por cada parcela desse novo campo em afirmação.

Neste contexto, e como uma das primeiras ciências a configurar-se enquanto tal nesse processo histórico de formação do capitalismo moderno, a sociologia enforma-se da *interdisciplinaridade* possível, mesmo nos momentos de conflito de escolas e de autores, e de mudanças internas de paradigmas de conhecimento e de acção. A *conflitualidade paradigmática* traduz, inclusive quando a maturidade académica e científica lhe permite o exercício daquela, modos de perspectivar as possibilidades de leitura do real social e de exercitar explicações e análises interpretativas em torno das configurações das sociedades ditas desenvolvidas. Por outro lado, a *intradisciplinaridade* no campo sociológico torna-se necessária ao exercício da prática científica e profissional perante o processo de especialização conceptual e empírica de que a disciplina é alvo. Esta especialização mais não é do que o sinal do estado de maturidade alcançado, da institucionalização académica e profissionalizada da disciplina, mas, de igual modo, das mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas e das procuras sociais de respostas científicas ao diagnóstico e à avaliação das práticas económico-sociais e tecnológicas, com incidência nos comportamentos sociais.

A sociologia é um saber reflexivo, histórica e ideologicamente circunscrito, que se fundamenta nos pressupostos do pluralismo teórico e metodológico, mesmo que este no campo científico seja ponderado por lógicas de conflito aberto entre protagonistas da prática científica. Como saber fazer, a sociologia afirma-se na dupla componente da interactividade entre teoria e empiria (Silva; Pinto, 1987). Reposiciona e reequilibra a reflexividade crítica sobre as possibilidades de leitura dos seus instrumentos conceptuais e operatórios, com as matérias-primas decorrentes das outras leituras acerca do social; as pertenças sociais e institucionais

do investigador, e a capacidade reflexiva dos próprios actores sociais, inscritos nos contextos de exercício da sua acção (Giddens, 1996).

Assumindo que o saber fazer do sociólogo se configura na relação triangular entre ciência, formação e profissão (Costa, 2004), cabe-nos orientar uma pesquisa empírica que parta de factos sociais e de relações entre factos e actores sociais, que os contextualize e que, ao longo da análise, os situe perante as dimensões possíveis que os desenham e as relações existentes entre os diversos protagonistas da acção. Conciliar a natureza social das determinações dos fenómenos sociais e a interpretação subjectiva dada pelos actores ao social em que se inscrevem é o exercício analítico a que se propõe o sociólogo. Como? Protagonizando ele próprio uma prática científica², que lhe confere a possibilidade de estruturar um conjunto de questões significativas, delimitar uma problemática teórica, configurar um objecto teórico plausível – no sentido de elemento mediador entre os dois outros elementos da relação fenomenológica – e usar instrumentos operatórios de controlo dessa relação. Quando perspectivados à luz da autonomia científica de um campo disciplinar, constituem a sua matriz teórica (Almeida; Pinto, 1995), em última instância os alicerces da sua individualidade científica.

O objecto que aqui nos ocupa – as políticas culturais e turísticas em contexto local e supramunicipal, articuladas com as representações sobre os projectos do desenvolvimento local, e no contexto territorial da AMP – remete-nos para tais pressupostos. Direcção-nos, igualmente, para as especializações da disciplina sociológica³. E, no mesmo sentido, para as dificuldades em situar as fronteiras que

² Como nos sugerem Castells e Ipola, “Conjunto complexo de processos determinados de produção de conhecimentos, unificados por um campo conceptual comum (inserido numa formação teórico-ideológica), organizados e regulados por um sistema de normas e inscritos num conjunto de aparelhos institucionais.” (1982, p. 11). Trabalhando com conceitos, enquanto unidades de significação de um dado discurso científico, a sociologia é uma formação teórico-ideológica, ou seja, “Conjunto articulado de conceitos e noções que intervêm, enquanto *meios de trabalho*, no interior de uma prática científica determinada.” (Ibidem, p. 12). Impõe-se, por isso, e porque a produção do discurso científico inclui também elementos ideológicos, accionar a vigilância epistemológica constante, a reflexividade crítica do investigador.

³ Quando nos confrontamos com os manuais da teoria e da metodologia sociológicas deparamo-nos, antes de mais, com as tradições paradigmáticas da sociologia, com os dilemas epistemológicos e metodológicos decorrentes das propostas dos clássicos da sociologia, com as repercussões

definem tais especializações – quase diríamos, convenções terminológicas disciplinares - e as historicidades, no seio da sociologia, de que têm sido feitos os seus percursos. O nosso objecto tanto encontra eco nas propostas da sociologia da cultura e na sociologia dos lazeres, como na sociologia política e na sociologia do território, como também na sociologia do desenvolvimento, na sociologia do turismo e na sociologia urbana.

Não negamos a hierarquia interna das divisões disciplinares da sociologia. Preferimos adoptar aqui não um exercício de exploração de tais percursos teórico-metodológicos, tentando configurar a tal matriz teórica que legitima o campo disciplinar, para depois descortinar os cruzamentos e as impurezas de que são feitos os campos sub-disciplinares, mas assumir desde já que nos interessa antes reter olhares possíveis sobre as questões que nos ocupam no âmbito da pesquisa, delimitando as coordenadas orientadoras do trabalho. Diríamos apenas que tais espaços disciplinares são díspares e desiguais, com percursos teórico-empíricos e institucionais, feitos mais de cruzamentos do que propriamente de antinomias e de distanciamentos, e com níveis de problematização específicos mas transversais.

A própria definição do campo da sociologia da cultura contém possibilidades legítimas⁴. Assumamos que se compõe como domínio disciplinar vasto, que cruza na análise do campo cultural os vectores da produção dos bens e serviços culturais e da oferta de potenciais lazeres; da recepção e dos consumos na articulação com os públicos segmentados e configurados segundo padrões sociais e

institucionais e académicas na formação de escolas, com as tentativas de síntese teórica da sociologia contemporânea, e com as divisões disciplinares no campo sociológico. Não encontramos nesses esquemas a suposta divisão, que abarca a totalidade dos campos disciplinares e na qual, numa primeira leitura, o nosso objecto de estudo encontra ponto de referência. Encontramos sim, e provavelmente como um traço comum a todos eles: a autonomia relativa do campo da sociologia da cultura, entendida no sentido mais abrangente, desde os primórdios dos trabalhos no campo da etnografia até à emergência dos trabalhos sobre o campo cultural. Veja-se, por exemplo, Durand; Weil (1997).

⁴ Por exemplo, e como o faz António Teixeira Fernandes (1999), cruzando os sentidos possíveis da disciplina com o conceito que a ocupa (cultura), tanto a podemos conceber como a *sociologia do conhecimento* – a análise da produção, difusão e recepção do conhecimento, enquanto construção mental cultural; a *sociologia da criação literária e artística* – a análise da produção e da recepção da cultura enquanto prática criadora, socialmente inscrita numa pertença de classe e no máximo de consciência possível (Goldmann, 1976); e a *sociologia do quotidiano* – o estudo do quotidiano e das representações decorrentes das interações sociais, privilegiando-se o sentido da *festa* na vivência social.

culturais; da distribuição e intermediação entre a criação e a recepção, accionando os actores e os mecanismos específicos da economia dos bens culturais. Define-se nas fronteiras pouco claras e estanques entre a abordagem sociológica dos lazeres e da ocupação dos tempos libertos das sociedades modernas capitalistas, e da criação, distribuição e recepção dos *bens de arte*, passando pelas componentes culturais associadas aos modos de vida locais e às formas como os actores sociais se apropriam e transformam culturalmente os espaços de pertença territorial.

Transversalidade de um campo disciplinar decorrente da própria transversalidade e multidimensionalidade do conceito de cultura. A polivalência de significados quase que a poderíamos arquitectar numa tripla vertente. Desde logo, como afirmação antropológica da diferença, ao constituir-se como processo de tomada de consciência da diversidade cultural e social de pertença dos actores sociais (Geertz, 1978; Berger; Luckmann, 2004). Traduz-se como aprendizagem global não só constitutiva da especificidade humana mas, muito mais do que isso, como experiência herdada a partir da vivência das condições sociais concretas (Ariño, 2000). Por outro lado, como cânone de uma ideologia social própria do capitalismo emergente de oitocentos e da burguesia em processo de ascensão social, e que se posiciona, nas manifestações artísticas herdeiras do espírito renascentista e humanista do início da modernidade ocidental, como estratégia de distinção social dos grupos de burgueses, e que está na origem, décadas mais tarde, do campo intelectual e artístico (Bourdieu, 1979; Santos, 1988). E, por último, como composição social, sujeita a leituras várias, atravessadas pelos contextos de produção dos gostos e pelas pertenças de classe dos actores sociais, mas, de igual modo, como exercício manifesto da reflexividade dos actores sociais em acção, no caso, recompondo e reconstruindo pelo quotidiano as matrizes culturais e artísticas, e as relações com os bens culturais em contextos de interacção públicos e privados.

Num outro sentido, e porque as questões do urbano e do território se estreitam com as dos níveis de expressão cultural e as do exercício do poder local, no contexto mais amplo do desenvolvimento, atravessamos a análise das políticas

culturais e turísticas pelos argumentos políticos e sociais dos actores protagonistas, e pelos de ordem sociológica. Exercitamos, na modéstia possível deste cenário de análise sociológica, a proposta metodológica de Giddens (1996): a *dupla hermenêutica* a que obedecem os conceitos sociológicos, tendo presente que o universo de significados dos actores sociais – no caso os eleitos locais da AMP e os actores locais e regionais ligados à cultura, ao turismo e ao desenvolvimento – não só se encontra previamente constituído pelos próprios – a sua *construção social da realidade* (Berger; Luckmann, 2004) – como o sociólogo procura mediá-los a partir da sua linguagem, descritiva e analítica, posicionando-os na relação de duplo sentido com o real social e nos modos como aqueles são apropriados e aplicados pelos actores sociais.

A abordagem do desenvolvimento tem sido alvo de vários enquadramentos, que retratam as relações disciplinares paralelas entre a sociologia e as ciências sociais (Pieterse, 2001). Qualquer um deles reposiciona as questões subjacentes à análise dos efeitos do desenvolvimento, associando-as às próprias dinâmicas económico-políticas e sociais das sociedades do capitalismo avançado e que se configuram após o segundo conflito mundial. Nessa diversidade de miríades científicas, e a título enumerativo, anotamos a teoria da modernização, nos anos 50, focalizando a convergência mundial a partir do modelo económico ocidental, do crescimento e da industrialização reconstrutora e geradora de emprego; a teoria da dependência, nos anos 60 e 70, dentro de um quadro teórico que situa a problemática do desenvolvimento como subdesenvolvimento, ou desenvolvimento dependente, pelas situações de dependência que instala entre países e regiões, pela exclusão económica e social que produz e pela configuração desigual da divisão internacional do trabalho; as teorias neo-liberais dos anos 80, que reposicionam o lugar dos fluxos económicos no contexto da globalização económica e cultural, e fazem a apologia da desregulação e da privatização dos sistemas económicos mundiais, contrariando as potencialidades, na altura em questionamento, do Estado-Social; ou as teorias do desenvolvimento alternativo e do desenvolvimento humano, associadas às dimensões localistas e territorialistas do desenvolvimento,

atribuindo à endogeneidade a centralidade no processo, por vezes exclusivamente auto-centrada, e que de alguma forma protagonizam questões avaliativas dos processos do desenvolvimento mundial efectivos: reposicionam a escala do desenvolvimento, considerando-o antes de mais de base localista, complexa e articulada, assente no potenciar dos recursos, e na participação dos actores em rede, e na sustentabilidade das opções e das potencialidades locais. Acrescentaríamos as teorias que negam o desenvolvimento, as teorias do pós-desenvolvimento, que mais não são do que posições negacionistas face ao modelo de desenvolvimento concebido a partir dos processos económicos e dos fluxos de mercado do mundo desenvolvido, e do processo da globalização, como consequência histórica da evolução das sociedades capitalistas, e que, em última instância, produzem efeitos negativos sobre os modos de vida sociais. São, de alguma forma, a negação da viabilidade e da legitimidade do desenvolvimento enquanto processo da mudança social.

Segundo o enfoque também se reenquadram os lugares das instituições e dos actores, dos factores mobilizadores dos efeitos de escala a diversos níveis, e fundamentam-se as estratégias das políticas de intervenção. E nestes percursos teóricos em torno do desenvolvimento, a associação ideológica entre as dimensões teóricas e as dimensões doutrinárias tende a dificultar a assunção de fronteiras entre os dois patamares. Como processo de mudança social, envolve opções políticas e dificilmente o podemos conceber desprovido dos posicionamentos ideológicos.

A endogeneidade do desenvolvimento é reposicionada face ao processo da globalização, dando-se mostras de que os processos da mudança social são accionados pela reciprocidade dos estímulos exógenos e endógenos do desenvolvimento. O conceito do desenvolvimento foi sujeito a revisionismos sucessivos no interior do campo da sociologia, e sem descurá-los na sua legitimidade epistemológica e metodológica, assumamos que, para além desse percurso, ou provavelmente na sequência dele, faz sentido adoptar a perspectiva de que o desenvolvimento é concebido a partir da pluralidade dos actores, dos

recursos, das instâncias de concepção e de implementação, e não esquecendo que os territórios são sempre dotados de historicidades e de potencialidades que, quando perspectivados na relação com a exogeneidade dos processos e dos actores e recursos, torna viável, dentro do equilíbrio possível, os processos da mudança social. O desenvolvimento não pode deixar de ser concebido, analítica e politicamente, induzido pelas vias endógena e exógena. É da articulação entre a indução externa e a endogeneidade externalizada que alicerçamos estratégias para configurar mudanças nos territórios e nos modos de vida social.

Interessa-nos reter aqui a assunção que perspectiva o desenvolvimento, não tanto como um conceito sujeito a uma análise dimensional, que fundamente os requisitos da leitura do social local, e muito menos como uma teoria fechada acerca do social; mas principalmente, e a partir do carácter aberto e fragmentado das teorias sobre este objecto, concebê-lo segundo aquele olhar que nos parece, de algum modo, mais consensual e válido: o desenvolvimento como *processo* que se posiciona enquanto cenário necessário à mudança social, e que subjaz aos projectos de intervenção, no caso cultural e turística, no espaço local e supramunicipal. Quando assim o perspectivamos, situamo-nos nos quadros actuais, plurais e integrados, de conceber os projectos do desenvolvimento: como fenómeno social total, que abarca diversas dimensões, e que é perspectivado na sua faceta global, porque é um processo atravessado pelas correspondências entre as influências e as dinâmicas económicas e culturais (McMichael, 1996); como fenómeno dotado da complexidade subjacente à própria realidade social e que exige a fragmentação do olhar científico, tanto das dimensões a privilegiar, como das escalas de leituras adoptadas; como processo que, e no caso da nossa análise, se reposiciona preferencialmente a partir de uma escala local e regional, que não contraria, pelo contrário tem-na assumida, a escala nacional e internacional, nomeadamente europeia, quanto às possibilidades de perspectivar as políticas de mudança económica e social nos territórios locais.

Nesse sentido, as políticas culturais e turísticas, protagonizadas pelas instâncias de decisão da administração autárquica, e enquanto formas estratégicas de sustentar a actuação política no contexto dos territórios locais, parecem-nos constituir uma outra área de enquadramento sociológico que adquire centralidade científica à medida que os próprios actores institucionais reposicionam as suas escalas de leitura do real cultural e turístico e do desenvolvimento dos seus concelhos e das suas regiões.

À escala europeia, a associação entre as políticas culturais e os processos do desenvolvimento é perspectivada, pelos actores políticos e pelas instâncias técnicas europeias, como forma de centralizar, política e economicamente, a cultura no contexto da intervenção comunitária sobre o espaço europeu (Cliche; Mitchell; Wiesand, 2002; Conseil de l'Europe, 1998). À escala nacional, regional e local, e dentro das exigências dos quadros comunitários de apoio, e dos parâmetros da integração europeia, as políticas da intervenção sobre os territórios nacionais e locais são concebidas, enquanto prioridades da mudança social, a partir da complexidade e da articulação de dimensões, de sectores, de actores e de recursos, avaliando-se as potencialidades, identificando-se os factores de bloqueio, e as estratégias possíveis para a inversão da situação económica, social e cultural e turística. No Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, e quanto às avaliações e propostas feitas para a Região Norte, contexto no qual a própria AMP se posiciona como território potencial (Portugal, 1998c), a cultura e o turismo são vectores do desenvolvimento económico e social perspectivados à escala dos demais sectores da sociedade portuguesa. Os investimentos em rede nestas áreas configuram-se como modos de viabilizar a mudança social. Num dado sentido, dinamizam estruturas e actores dos sectores público e privado, tanto nas instâncias da criação/formação, da intermediação e da procura/recepção culturais e turísticas; num outro sentido, potenciam, a longo prazo, a produção especializada das ofertas e a sustentabilidade dos equipamentos sociais; por outro lado, exigem o posicionamento político das autarquias e do Estado na criação de infra-estruturas

organizacionais e financeiras que sustentem tais objectivos e tais práticas de intervenção.

Da mesma maneira, as virtualidades da análise sociológica em torno do turismo parecem-nos menos clássicas na sociologia⁵, e, na sequência disso, visíveis nas últimas décadas em função dos próprios meandros económicos e sociais que o turismo tem enquanto fenómeno social total⁶, e, numa dimensão mais específica, enquanto sector económico com potencialidades acrescidas para os Estados e para as regiões. São abordagens subsidiárias de outros campos sub-disciplinares da sociologia que sedimentaram património teórico-empírico, como a sociologia dos lazeres e a sociologia da cultura, e de outras áreas científicas sobre o social, como a economia, a antropologia e a geografia.

Como especialidade sociológica recente, que a partir dos anos 80 procura estudar as relações, os papéis e as motivações turísticas, e as instituições e os impactos dos fluxos turísticos nas sociedades receptoras, traduz, de alguma forma, a passagem de uma concepção do turismo em torno do que ficou convencionado como o *Grand Tour*⁷ para uma outra, a massificação do turismo, consequência do desenvolvimento em rede das sociedades capitalistas da metade do século XX. Diríamos que a polissemia do conceito atravessa o campo das análises sobre o turismo. E dos anos 80 e 90 em diante, mesmo que as definições operatórias de turismo e de turista não sejam consensuais e sociologicamente padronizadas, os exercícios sociológicos mais significativos em torno do turismo são, segundo Rubio Gil (2003), os de Cohen e de Urry. O primeiro, por ter realizado um confronto comparativo entre as abordagens sociológicas possíveis até àquela década em torno

⁵ Algumas resenhas em torno da sociologia do turismo remetem para os trabalhos de Simmel sobre os viajantes estrangeiros os primeiros enquadramentos sociológicos da disciplina (Rubio Gil, 2003).

⁶ Por exemplo, encontramos em Ortega (2003) um exercício em torno da investigação sociológica e de outras ciências sociais sobre o turismo nalguns países da União Europeia; e em Rubio Gil (2003) uma sistematização do percurso da sociologia do turismo nas últimas décadas do século XX, apresentando-a como um campo atomizado, que tem acompanhado a própria evolução e centralidade político-económica e social do fenómeno e que na interdisciplinaridade de objectos e de metodologias se afirma como uma das divisões disciplinares da sociologia dos próximos anos.

⁷ Expressão que designa as viagens de iniciação intelectual, cultural e artística dos jovens representantes da nobreza inglesa dos finais do século XVII pelo continente europeu, acompanhados pelos seus tutores educacionais.

do turismo, tipificando as áreas da abordagem sociológica do turismo⁸; o segundo, por acompanhar sociologicamente a mudança socioeconómica e cultural do fenómeno do turismo, concebendo o olhar do turista, socialmente contextualizado, de acordo com os contextos sociais e culturais receptores, mas também decorrente das experiências extraordinárias, porque para além das rotinas quotidianas que os périplos turísticos sugerem. À massificação da experiência turística substitui-se um outro objecto: o da reconstrução das vivências quotidianas do turista nos contextos das suas experiências não turísticas. Tempos de ócio, separação dos ritmos e espaços da vida quotidiana e significação das práticas, dos objectos e das interacções em contextos não quotidianos e eleitos por antecipação reflexiva, são características associadas ao conceito do turismo moderno. E que se redimensiona, social e culturalmente, em contextos locais e não locais (Rojek; Urry, 2002).

De alguma forma o nosso objecto remete para políticas, projectos e património de uma cidade como dimensões possíveis da análise sociológica dos espaços urbanos. Articuladas entre si ou isoladas do ponto de vista analítico, estas dimensões enformam objectos cuja pertinência conceptual e empírica traduz, também, a visibilidade dos modos de planeamento estratégico das cidades, tanto no campo político como no campo cultural. Nesse sentido, são objectos que exigem níveis de conceptualização e de operacionalização específicos consoante os actores em palco sejam os estudiosos das ciências sociais, e no caso, da sociologia, ou, pelo contrário, os mais directamente envolvidos na concepção das políticas, na dinamização dos projectos e na avaliação das acções urbanas. Num ou noutro nível, porém, são objectos com uma assumida legitimidade científica e social.

⁸ Segundo Cohen, citado por Rubio Gil (2003), os trabalhos incidem sobre o perfil do turista (motivações, interesses, atitudes e níveis de satisfação individual), os turistas e os receptores (na reciprocidade das interacções, atitudes e percepções), o desenvolvimento e a estrutura do sistema turístico (análise da expansão do turismo das áreas centrais às áreas periféricas e do processo de internacionalização do turismo enquanto sistema económico, ecológico, social, cultural e político) e os impactos do turismo (desde a divisão social do trabalho e os movimentos migratórios sazonais até à natureza das relações interpessoais, aos modos de organização da vida social e às alterações por indução externa das culturas locais).

Práticas de investigação sobre a sociedade portuguesa: as dinâmicas globais recentes e as pesquisas em torno dos universos culturais locais

No estudo sociológico da relação entre políticas e projectos de e para uma cidade, o olhar recai sobre a componente cultural dos meios urbanos: o universo das práticas culturais, nos seus dois eixos indissociáveis (o da oferta/criação e o da procura/recepção), e o universo das políticas culturais autárquicas. Por outras palavras, sobre as concepções políticas quanto ao que constitui a animação cultural de uma cidade, os projectos de intervenção cultural e de criação e formação artísticas, as redes locais de equipamentos e os públicos culturais.

Com alguma insistência, e porque do nosso ponto de vista faz todo o sentido prosseguir com a análise sociológica de tal objecto, temos direccionado o nosso interesse para um território específico, a AMP, particularmente para alguns dos seus concelhos (Azevedo, 2000; 1997; Fernandes [et al.], 1998). A AMP, e com mais acuidade os municípios que a compõem, têm protagonizado, nos últimos dez anos, projectos e práticas de investimento político no campo cultural local, que se enquadram nos cenários mais recentes do desenvolvimento das políticas culturais em Portugal (Santos, 2004; 1998) e do protagonismo social e político das práticas culturais observadas na sociedade portuguesa. Na tentativa de contribuir para o debate acerca da relação entre cidade e cultura, e das características das políticas culturais à escala local, apresentamos um objecto em torno das políticas culturais e turísticas dos municípios que constituem em 1991 a AMP, os modos como o poder local tem perspectivado as dinâmicas culturais enquanto recursos de desenvolvimento e as lógicas relacionais interconcelhias e metropolitanas relativamente às questões culturais e turísticas.

A este propósito, e nos últimos anos, a sociologia portuguesa tem desenvolvido vários trabalhos sobre as práticas culturais da sociedade portuguesa, salvaguardando as mais diversas dimensões analíticas do campo cultural. Os pólos da oferta/criação e da procura/recepção têm sido perspectivados em contextos

sociais nacionais, regionais e locais, integrando não só os vários actores e bens culturais e artísticos, como igualmente as lógicas e os efeitos produzidos no próprio campo cultural português. Por outras palavras, os estudos têm recaído sobre as práticas culturais quer sob o ponto de vista da oferta – a criação e a produção – quer sob o da procura – os públicos – e o da intermediação/distribuição – as instâncias públicas e privadas⁹.

Tais estudos, com maior sistematicidade e de carácter extensivo têm início nos finais dos anos 80, com pesquisas académicas e com a produção de estatísticas especializadas¹⁰, mas adquirem a maturidade científica e política ao longo da década de 90. Os estudos de carácter extensivo alargam-se, ora centrados em regiões específicas, cidade ou conjuntos de cidades (Lisboa e Porto, com maior centralidade empírica)¹¹, ora em faixas etárias (jovens e jovens estudantes)¹², ora ainda em actividades bem delimitadas (teatro, cinema, leitura, mecenato cultural), públicos de certo tipo de eventos e/ou de certas instituições culturais, criadores e produtores

⁹ Uma das referências da investigação sociológica tem sido o Observatório das Actividades Culturais (OAC), organismo que resulta de uma parceria institucional entre o Ministério da Cultura (MC), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS), criada em 1996, e que reflecte o interesse académico e político pela análise dos comportamentos sociais em torno da relação com os bens culturais e artísticos e a avaliação das políticas de investimento público na formação de um campo cultural próprio e da cidadania cultural da sociedade portuguesa. Acrescente-se que a investigação em torno do campo cultural português se processa, inevitavelmente, no campo científico e académico, seja pelos centros de investigação, seja pelos contextos universitários de formação superior na área da sociologia. Destaque-se, na particular relação entre os interesses científicos e os interesses dos órgãos de decisão política pelo sector cultural português, e entre muitas outras publicações do OAC, o painel seguinte: Encontro Públicos da Cultura (2004) e Encontro O Estado das Artes, as Artes e o Estado (2002).

¹⁰ O primeiro estudo sobre as práticas culturais dos portugueses data de 1986/87 (Gaspar, 1987). A produção de estatísticas sobre o campo cultural sempre foi alvo, e nesta década com maior visibilidade, da incompletude e da raridade de estatísticas focalizadas e da diversidade de critérios de categorização das práticas culturais por parte das instâncias públicas de produção de estatísticas.

¹¹ Por exemplo, Pais [et al.] (1994), sobre as práticas culturais dos lisboetas e integrado no evento Lisboa 94 – Capital Europeia da Cultura; Silva; Santos (1995), um dos primeiros trabalhos sobre práticas culturais e representações da cultura na AMP; Lopes (2000), sobre práticas culturais urbanas na cidade do Porto; Silva [et al.] (2000), sobre os públicos para a cultura na cidade do Porto; Fortuna; Silva (2002), sobre transformações e dinâmicas urbanas em cinco cidades portuguesas (Aveiro, Braga, Coimbra, Guimarães e Porto).

¹² Por exemplo, Fernandes [et al.] (1998), sobre públicos estudantis do concelho do Porto; Cabral; Pais (1998), sobre os jovens portugueses, ou ainda, e sem esgotarmos as possibilidades todas da investigação sociológica, e referindo um dos trabalhos pioneiros, Schmidt (1993), sobre a relação entre a procura e a oferta cultural e os jovens.

específicos¹³. Recentemente têm aparecido estudos mais micro, intensivos – estudos de caso – que revelam os usos e vivências da cultura em espaços e tempos específicos, procurando cruzar as virtualidades da análise extensiva com as da análise mais focalizada em determinados eventos e públicos¹⁴.

A leitura da realidade cultural portuguesa no que diz respeito à ocupação dos tempos livres e dos usos do lazer tem sido feita a partir destes estudos macro e micro e do confronto diacrónico e transversal das regularidades e das especificidades entretanto sistematizadas¹⁵.

Os trabalhos têm traçado regularidades culturais significativas na sociedade portuguesa, particularmente do ponto de vista da procura cultural e dos públicos, ao longo dos anos 90 e que passam pela centralidade dos tempos livres domésticos e receptivos – o lazer doméstico e receptivo; e pelo recuo das práticas associadas a uma cultura de saídas, apesar do aumento significativo da oferta. A escolha e a intensidade das práticas culturais estão associadas à posse de um capital escolar elevado quer quanto ao cinema, leitura, teatro, música, saídas nocturnas, exposições, quer quanto à TV e rádio. O nível de escolaridade diferencia práticas e indivíduos no que diz respeito à intensidade das práticas culturais, à raridade das práticas mais selectivas e distintivas e à demarcação entre géneros e tipos de produtos. Mantém-se

¹³ Arriscamos enunciar alguns: Gomes (2001) e Neves (2001), a propósito das práticas culturais mais recentes dos portugueses, depois de um outro trabalho em torno desta temática (Conde, 1997); Santos; Melo (2001), sobre as galerias de arte na cidade de Lisboa; ou Pais (1995), com um inquérito aos artistas jovens portugueses.

¹⁴ Assinale-se dois eventos culturais recentes do Portugal moderno: a Expo 98 e o Porto 2001, acontecimentos cujos impactos foram, de igual modo, abordados por equipas de sociólogos: Costa; Santos (1999) e Santos (D.L. 2002).

¹⁵ A nível macro, relativo ao território português, foi administrado um inquérito pelo INE e pelo OAC aos portugueses sobre a ocupação do seu tempo livre (Portugal, 2001), e em 2006 tiveram início dois projectos de investigação: um, inserido no Plano Nacional da Leitura, sobre os hábitos de leitura dos portugueses, encomendado pelo Ministério da Educação; outro, sobre a cultura em Portugal, numa tentativa de diagnóstico e prospecção daquilo que tem sido feito nos últimos anos do ponto de vista das políticas culturais, projecto este encomendado pelo MC. De igual modo, em 2006, e por encomenda do MC, iniciou-se um projecto de investigação em torno da Base de Dados Estatísticos do Sector Cultural do MC, nomeadamente de diagnóstico e avaliação dos dados disponíveis. Em 2005 foi também publicado um trabalho sobre os museus em Portugal, do ponto de vista da oferta e da rede de museus existente actualmente em Portugal (Santos, 2005). E os trabalhos mais micro, em torno de instituições e de práticas culturais específicas: por exemplo, e a propósito de uma série de trabalhos localizados sobre bibliotecas e hábitos de leitura, Moreira; Baltazar; Rita (1999).

a juvenildade das práticas culturais e há uma especificidade dos universos culturais dos portugueses consoante o género: os homens com mais tempo livre e mais diversificado, com mais saídas, com mais autonomia face ao espaço residencial e doméstico. As práticas culturais de saída são tendencialmente minoritárias, associadas aos grupos etários juvenis, aos estudantes, aos grupos mais escolarizados, às profissões intelectuais e científicas, aos habitantes das grandes metrópoles e predominantes entre as novas classes médias. Os resultados mais recentes (Portugal, 2001) reforçam estas tendências.

Em Portugal, faz sentido caracterizar as práticas atendendo à repartição regional em função do modelo de desenvolvimento do país. Os lazeres preferenciais não são indiferentes face ao carácter mais ou menos urbano de cada região. As regiões urbanas, nomeadamente Lisboa e Porto, e as áreas metropolitanas são as que mais contemplam saídas comensais (comer fora à noite e ir à discoteca) e práticas informativas (ir a exposições e a museus e ir a bibliotecas); as práticas associativas e recreativas dão-se mais nos Açores, Alentejo, Centro e Norte.

Os estudos em torno das políticas culturais são um campo recente em Portugal, que se situam nos finais de 90 em diante, e que traduzem, simultaneamente, as iniciativas científicas que adquirem legitimidade e realidade científicas mas, antes de mais, porque a realidade social se transfigurou no sentido da concepção e avaliação das políticas implementadas¹⁶. O estudo em torno das políticas culturais tem sido enquadrado a partir da relação estreita entre os públicos – as iniciativas públicas de formação e alargamento dos públicos – mas, igualmente, na relação com o território e a valorização do património arquitectónico e histórico, na relação com o desenvolvimento local – ao integrarem medidas de requalificação e

¹⁶ Refira-se os trabalhos do OAC em torno das políticas culturais em Portugal (Santos, 2004; 1998). O primeiro trabalho é uma sistematização de informações extensivas sobre a actuação política dos governos portugueses na área da cultura entre 1985 e 1995 e numa avaliação comparativa com a realidade europeia. O trabalho de 1998 constitui o relatório de Portugal no âmbito do Programa de Avaliação das Políticas Culturais Nacionais do Conselho da Europa. O trabalho de 2004 constitui um trabalho de avaliação externa sobre a aplicação e os efeitos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo, da responsabilidade do Departamento de Descentralização e Difusão do Instituto Português das Artes e do Espectáculo (IPAE).

valorização dos espaços públicos da cidade – e com a criação de uma oferta cultural diversificada e composta por níveis diferenciados de expressão cultural e artística. No contexto da AMP, e em particular ressaltando outros concelhos que não o concelho do Porto – também ele alvo de uma centralidade enquanto objecto teórico – as políticas culturais não têm tido um enfoque sistematizado e conjunto, e particularmente do ponto de vista dos actores políticos e sociais que protagonizam a concepção e a implementação das iniciativas culturais municipais. A análise dos públicos tem sido perspectivada no sentido das medidas de intervenção a serem integradas pelos princípios e iniciativas dos órgãos de gestão municipal, mas não traduz, necessariamente, uma análise das políticas culturais.

Da mesma maneira, e na relação estreita com as políticas culturais e as análises sobre os públicos da cultura, se perspectiva a abordagem sociológica dos comportamentos turísticos¹⁷. Os trabalhos em torno dos espaços urbanos, do ponto de vista dos usos turísticos que as potencialidades culturais locais e regionais sugerem, parecem-nos dimensões de análise que se enquadram numa articulação estreita com a abordagem das políticas culturais, em particular em contextos municipais como os da própria AMP.

Nos anos 80 e 90, e de acordo com os estudos realizados, a sociedade portuguesa apresenta uma condição com lacunas de três tipos: sub-equipamentos em termos de produção e infra-estruturas culturais, níveis mais baixos de procura cultural para certos domínios e défices de política cultural quanto à sua consistência, continuidade e activismo. Actualmente, e no quadro da União Europeia e dos processos de desenvolvimento e modernidade da sociedade portuguesa - uma *sociedade semi-periférica* (Santos, 1994), de *modernidade tardia e inacabada* (Costa; Machado, 1998), a cultura adquiriu uma outra centralidade política e económica: a

¹⁷ Indicaríamos, e sem esgotar o painel das investigações dos últimos anos, Fortuna; Ferreira (1996), em torno da cidade e dos usos turísticos da cidade; Joaquim (1997), a propósito do turismo sustentável e na relação directa com a massificação turística e o equilíbrio ambiental e a cidadania; Conceição (1998) e Malta (2000), a propósito da construção económica, social e simbólica dos produtos turísticos e dos espaços propícios para os usos daqueles; ou ainda Peixoto (2003), a partir da análise dos centros históricos como *sintaxe urbana* que redimensiona as potencialidades e os usos turísticos urbanos.

associação estreita entre cultura e desenvolvimento. De que modo? Tanto no desenvolvimento do sector cultural, amadurecendo potencialidades endógenas e explorando novas dimensões como o turismo cultural e as indústrias culturais e as novas profissões no sector terciário dos lazeres. Como no enquadramento mais global da dimensão cultural do desenvolvimento, focalizando valores, práticas e orientações que interligam a modernidade com a cidadania democrática. Os factores socioculturais são necessários, e parte intrínseca, do desenvolvimento.